

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1070 - 04/6/2018

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

EDITORIAL

A PUC-SP NÃO ESTÁ NUMA BOLHA

A crise política, econômica e social se precipita com grande velocidade no Brasil. As reivindicações levantadas pelos caminhoneiros - entre as quais, condições dignas de trabalho, repúdio à extorsão tributária praticada pelo governo, rejeição à política neoliberal de taxar o petróleo segundo as flutuações dos valores praticados no mercado especulativo internacional - atraiu imensa simpatia por parte dos trabalhadores, apesar de todos os distúrbios e problemas causados pelo movimento paredista na vida cotidiana. E foi o gatilho para que outras categorias organizassem, nos últimos dias de maio, as suas próprias greves e paralisações, incluindo os petroleiros e as universidades estaduais de São Paulo. Delineia-se, no horizonte, a perspectiva de uma greve geral.

A PUC-SP não está fora disso. Ao contrário. O impacto da crise se abate com plena força sobre a nossa comunidade.

A flagrante injustiça representada pelo contrato de trabalho de centena de professores que, desde 2006, impede o seu ingresso no quadro de carreira; a contratação de outras centenas de professores, via Cogear, por um sistema que impõe o trabalho "intermitente", sem quaisquer garantias (no espírito e na letra da reforma trabalhista), e a perspectiva de adotar o mesmo modelo para toda a PUC-SP, a partir de 2019, por meio de manobras permitidas pela reforma trabalhista; os crescentes mecanismos de controle e punição do corpo docente, que incluem a rígida fiscalização do "caderno de ponto", os salários praticados no pagamento dos funcionários terceirizados, a sanha punitiva demonstrada pelo processo aberto pela Fundasp contra três alunos acusados de terem participado do processo de ocupação do campus Monte Alegre - tudo indica uma universidade cada vez mais assemelhada àquilo que o Brasil tem de pior: uma instituição autoritária, conservadora, mesquinha, arrogante e repressora.

Na PUC-SP, exatamente como no resto do Brasil, vivemos um cotidiano marcado pela aflição, pelo pânico e pela frustração que assombram milhões e milhões de trabalhadores assalariados e mesmo vastos setores da classe média ameaçados pelo desemprego, pelo rebaixamento dos salários, pela precarização dos contratos de trabalho, pela falta de perspectivas. O medo projeta a sua sombra sobre a comunidade, e alimenta a intolerância, a irracionalidade, o espírito vingativo e exclusivista.

Para além das relações trabalhistas e salariais, o veneno neoliberal, traduzido pelo discurso do ódio, contamina e degrada o ar

que se respira dentro da PUC-SP, as próprias relações cotidianas estabelecidas no interior da comunidade. Estudantes negros denunciam o "clima tóxico" que os afeta, produzido por episódios cada vez mais frequentes de racismo explícito; mulheres, homossexuais e todos aqueles que não se reconhecem no modelo sexual e afetivo conservador e patriarcal multiplicam denúncias de assédio e agressões; alunos de extrema-direita cometem atos que mais se assemelham aos praticados pelos "comandos de caça aos comunistas" que proliferavam à época da ditadura.

A diretoria da APROPUC vê esse quadro com extrema preocupação. A PUC-SP precisa, com urgência, resgatar as suas melhores tradições de combatividade, progressismo, democracia e ousadia rumo ao futuro, caso queira sobreviver como um centro de referência cultural política e ideológica nacional. Assim como, no passado recente, sua reputação foi construída como resultado de seus vínculos com as lutas sociais - em particular, como espaço de resistência à ditadura militar -, agora também é a reafirmação dos laços com os trabalhadores e com a nação oprimida que vai reconduzir a PUC-SP ao seu verdadeiro lugar.

Por todas essas razões, a diretoria da APROPUC não vê qualquer contradição entre as reivindicações dos professores da PUC-SP e os movimentos que se expressam na sociedade, contra o governo golpista e seus desmandos. Ao contrário, entendemos que a vitória das paralisações fortalece o nosso próprio movimento, além de propiciar o clima democrático, condição fundamental para o exercício da atividade universitária autêntica.

Diretoria da APROPUC

A APROPUC saúda os professores do ensino básico

A APROPUC-SP tem acompanhado os desdobramentos das negociações acerca da Convenção Coletiva dos Professores da Rede Privada e vem manifestar todo apoio à esta luta neste momento de vitória da categoria. Não podemos permitir que nossos direitos historicamente conquistados sejam vilipendiados após a aprovação de uma reforma trabalhista realizada por um governo corrupto e ilegítimo. Nenhum direito a menos, esta é nossa luta!

LULA LIVRE!

FORA TEMER! ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FORA A INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Estudantes fazem assembleia para continuidade do movimento

Os estudantes, depois de verem atendidas parte de suas reivindicações, desocuparam o prédio novo na tarde sexta-feira 25/5, acompanhados de professores que constataram a integridade das instalações do campus Monte Alegre.

Porém, horas antes, a comunidade tomou conhecimento da liminar impetrada pela Fundasp para obter reintegração de posse dos prédios ocupados. Diante disso, os estudantes pediram, como condição fundamental para a desocupação, que nenhum deles fosse criminalizado. A Reitoria empenhou a sua palavra de que não haveriam represálias, porém a Fundasp não se manifestou.

Nesse sentido a assembleia de 28/5, segunda-feira, tinha como principal pauta a defesa dos estudantes citados e a certeza de que nada aconteceria com eles. Logo no início foi lida uma carta dos estudantes que conclamavam os professores presentes à assembleia a tomarem partido na história e seus acontecimentos. Falando em nome da reitoria da APROPUC, o professor João Batista Teixeira da Silva informou que manteve conversa com o pró-reitor Comunitário, professor Antonio Malheiros. O pró-reitor comunicou que a Reitoria mantinha a sua palavra de não tomar nenhuma atitude contra os estudantes e que a Fundasp também informou que, como não houve necessidade de reintegração de posse, o processo não teria continuidade.

PAUTAS DOCENTES

A professora Beatriz Abramides, também da reitoria da APROPUC reafirmou a posição da entidade frontalmente contra a criminalização discente, em favor das lutas contra o racismo e a disposição da entidade de enviar um documento para a Fundasp no sentido da retirada do processo. A professora insistiu que, para os professores, não se tratava exclusivamente de discutir a penalização mas agregar ao movimento outras pautas caras ao docentes, como as regras para a contratação ou o represamento de professores, que também estão sendo colocadas pela movimentação dos estudantes. Por fim, ficou acertado que na 3ª feira, 29/5, ocorreriam uma série de intervenções em sala de aula, por parte dos estudantes, para sensibilizar seus colegas a participarem da luta. Também ficou acertada a realização de um ato, seguido de assembleia por parte dos estudantes na próxima terça-feira, 5/6, em horário a ser definido.

CONSUN

Na quarta-feira, 30/5, durante a sessão ordinária do Consun alguns conselheiros se posicionaram, a pedido do funcionário Rivaldo Carlos de Oliveira sobre a ocupação e a pertinência da questão racial.

Os conselheiros que usaram a palavra foram unânimes em reconhecer a importância da questão racial, porém a professora Madalena Peixoto, diretora da Faculdade de Educação acrescentou que o movimento estudantil deve evitar a radicalização porque ele se expõe com mais intensidade, o que não é bom para nenhum dos lados.

A professora foi secundada por diversos professores que concordaram com a sua fala.

Ao final da reunião um grupo de alunos pediu a palavra reivindicando a não criminalização dos estudantes que realizaram a ocupação.

A reitoria informou que cumprirá o que foi acordado,

não penalizando os estudantes e, se a Fundasp insistir com o processo, a reitoria deverá procurar os secretários-executivos para interceder pelos estudantes.

APROPUC CONTRA PUNIÇÃO

A APROPUC enviou carta à Fundasp pedindo a não criminalização dos estudantes da ocupação. O ofício solicita à Fundação "que não dê andamento aos processos contra os três alunos em questão e que, nesse ato, continue assim a reafirmar seu compromisso com a comunidade da PUC-SP, na direção da preservação das práticas democráticas e da renovação do debate, para a superação das dificuldades internas, e para o encontro continuado de sua tradição de inovação, no cerne da pesquisa e do ensino desta Universidade."

Nesta página publicamos mais duas moções contra as punições.

Nota do Curso de Serviço Social da PUCSP

As professoras do curso de Serviço Social da PUC-SP manifestam a sua posição contrária às punições que estão recaído sobre alguns dos alunos que participaram do movimento do qual resultou a ocupação dos prédios da PUCSP, campus Monte Alegre.

Considerando o caráter educacional desta institui-

ção, bem como o documento acordado ao final da desocupação entre a Reitoria e o movimento, reafirmamos a importância e todo o empenho para que não ocorra qualquer tipo de punição aos alunos.

Desse modo, cabem gestões junto à Fundação São Paulo, para que não haja criminalização dos alunos.

Manifestação do Pós Graduação de Psicologia Social

Na reunião de 28 de maio de 2018, o colegiado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUCSP deliberou manifestar-se publicamente contra qualquer forma de punição ou criminalização dos estudantes que participaram do movimento de ocupação do prédio da universidade, na semana passada.

Ocupação: Suspensão do cotidiano

Para Espinoza o indivíduo se define pelo seu grau de potência, singular, próprio, único. Mas o que é um grau de potência? É um grau de poder de afetar e ser afetado, capaz de criar um *Conatus*, uma impressão no outro. Esses encontros podem aumentar sua potência de existir, como também, numa contramão, pode decompor essa potência de existir. Esse poder de afetar e ser afetado em um burocrata, estudante, professor, sem-teto, morador de rua é diferente. A mobilização dos estudantes do Serviço Social afetou o conjunto da PUC-SP, suspendendo o cotidiano dessa universidade.

A ocupação da universidade criou uma relação de afetos que revelou sentimentos profundos de raiva, incompreensão, estranhamento, desamparo, despertando as paixões tristes. Por outro lado, laço de fraternidade, solidariedade e apoio, esses estudantes em mobilização, impulsionaram a repensar questões caras à essa comunidade, que desde o processo traumático de demissão em massa de 2006, viu a quebra da autonomia bem como a suspensão de uma agenda propositiva sobre a carreira docente nessa universidade.

A PUC-SP poderá em breve ter sete categorias de professores: de calouros a professores sênior acima de 75 anos, docentes já ajustados à carreira, os represados que irão entrar na carreira docente nos cursos acima de 500 horas, os demais represados imobilizados na progressão da carreira, os temporários e substitutos e, por fim, os terceirizados do Cogea. Essa heterogeneidade revela que os contratos de trabalho na PUC-SP estão em sintonia com a contrareforma da nova lei trabalhista, que inclui o Brasil na lista dos 24 países violadores dos direitos dos

trabalhadores da Organização Internacional do Trabalho.

Por que os estudantes resolveram encampar a luta em defesa da contratação de uma professora negra no curso de Serviço Social da PUC-SP?

A ausência de uma política de acesso e inclusão que dialogue com as questões étnico-raciais, permitindo a contratação docente através de concurso público e, quiçá, o faça a partir dos já existentes critérios adotados na pós-graduação da universidade, pode ampliar o corpo poroso da PUC com as temáticas dos movimentos negros, indígenas, homoafetivos, feminista etc. Este debate precisa existir para enfrentar a intolerância, os preconceitos raciais e de gênero e o desrespeito com professores idosos dessa universidade.

A APROPUC se colocou ao lado dos estudantes com o fito de mediar o diálogo que defende bandeiras que não são consideradas, pautadas ou levados a cabo, nas instâncias superiores da universidade. A APROPUC, diante da crise, não escolhe as formas de lutas e respeita a autonomia dos diversos movimentos sociais, pois acredita na capacidade de ampliar a reflexão, alteridade, criticidade do debate fraterno e plural para expor em meios as polêmicas que só aprendemos com as contradições, os contrapontos e o diálogo pleno.

As bandeiras políticas com as quais nos identificamos visam a defesa da integridade física dos estudantes, a garantia dos direitos trabalhistas com enfrentamento da precarização do trabalho docente, a plena autonomia da universidade, o respeito à diversidade, enfim pensar saí-

da coletivas, superando a lógica da exceção como regra.

Por que causou tão mal-estar a ocupação dos estudantes nos professores?

Não podemos dissociar a ocupação dos estudantes do momento de crise grave da política do país, expressa de maneira mais recente na paralisação levada a cabo pelos caminhoneiros e no interior de um processo construído a partir de um golpe e com todas as cores de Estado de Exceção. A PUC-SP não é uma bolha. Daí nos chamar atenção o mal-estar de alguns pares e sua indignação com a ocupação dos estudantes, fenômeno que revela sofrimento, angústia, instabilidade, incapacidade crítica, empobrecimento da imaginação de novos horizontes de expectativa.

A grande preocupação para alguns nos dias de hoje é o férreo cumprimento do calendário escolar, quando a PUC-SP em outros momentos históricos foi o baluarte da defesa da democracia em épocas de ditadura militar. A luta da ocupação dos estudantes foi, em nosso olhar, contra a lógica de reduzir a universidade aos parâmetros dos operadores de mercado e gestores, que agora ocupam a PUC-SP com suas planilhas, índices estatísticos, algoritmos expressos em PowerPoints, para defender eficiência, lucratividade e rentabilidade a exemplo dos gestores de grupos como a Kroton, em sintonia com as formas de gestão dos associados ao sindicato de mantenedoras das IES Privadas.

A ocupação suspende a lógica produtivista, gerencial, que concebe à universidade como empresa enxuta, eficaz, restrita aos cursos superavitários. Enfim, ceder à régua do mercado, implica em abrir mão do pen-

samento crítico, da diversidade, da pluralidade, da heterogeneidade e de uma visão de mundo ética e esteticamente universalista. É esse tipo de argumento mercantil que queremos para a PUC-SP, que a destrói por dentro. Autofagia?

Convidamos aos professores que defendem o pensamento da alteridade, polifonia e dialogismo, que caminhemos juntos com alunos e funcionários numa saída coletiva, que compreenda a necessidade de defesa democrática de um patrimônio histórico dos trabalhadores, que são suas associações, sindicatos, coletivos etc. O contraditório de fato é importante como aprendizado para o exercício da democracia. Por isso, sentimos falta de professores que expressam suas críticas diante das assembleias feitas com estudantes que, jamais se recusaram a ouvir.

Precisamos caminhar juntos. Precisamos avançar, buscar afetos e paixões alegres, reviver o humor, inteligência e criatividade.

Qual o sentido de existir da PUC-SP?

A universidade tem como seu maior patrimônio a história e memória política de ser referência à defesa da democracia, a produção de conhecimento amplamente disseminada e socialmente referenciado, contra o flagelo dos excluídos e todas as formas de violência, em sintonia com Campanha da Fraternidade 2018 - Fraternidade e superação da violência. Enfim, o legado é a comunidade discente e docente que a torna um intelectual coletivo com pensamento crítico, ético e transformador.

**Diretoria
da APROPUC**

Sobre o apoio da APROPUC à ocupação estudantil

Marijane Vieira Lisboa

Caros colegas,

Não posso concordar com a nota do dia 23 último, publicada no PUCViva no 28/05, na qual nossa entidade manifestou apoio à ocupação dos prédios da PUC por parte de um grupo de alunos durante toda uma semana, ocupação que impediu que os demais professores, alunos e funcionários exercessem suas atividades acadêmicas.

A ocupação dos espaços acadêmicos, juntamente com greves e piquetes são as formas mais radicais de luta em uma universidade, e que por isso só deveriam ser adotados quando se esgotassem todos os outros meios de protestar ou de se negociar a obtenção de reivindicações justas e razoáveis.

A reivindicação dos alunos(as) de Serviço Social de que uma professora contratada para substituir colega em licença médica, fosse recontraída em caráter permanente, não era, porém, nem justa nem razoável, pois contrariava tanto os procedimentos acadêmicos de contratação, quanto as modalidades de contrato da PUC. Se nossos contratos padecem de diversos problemas graves como a excessiva carga horária, várias disciplinas ministradas ao mesmo tempo, professores represados e instabilidade de carga horária a cada semestre entre outros, em nada melhoraria essa situação contratar a professora, garantindo-lhe um contrato permanente, quando

nenhum de nós, aliás, temos tal garantia. Já tivemos muitos professores que foram contratados para substituir colegas em licença e que infelizmente não puderam permanecer entre nós porque não havia aulas para eles, após o retorno do professor licenciado. Depois desta primeira exceção, certamente não haveria porque rejeitar que outros professores contratados em caráter de substituição passassem a reivindicar se tornarem professores permanentes, mesmo que não houvesse horas para tal. Além disso, para acomodar a professora admitida nessas condições excepcionais, seria necessário desobedecer também as normas tanto trabalhistas quanto acadêmicas que regulam a nossa distribuição de aulas, por exemplo retirando de outros professores horas para redistribuí-las à nova professora, ou mantê-la, mesmo sem horas de aula. É óbvio que isso não só geraria novos conflitos no corpo acadêmico em relação à distribuição de aulas, mas processos na justiça trabalhista contra a PUC. Ou seja, não dá para aceitar soluções que violam as regras gerais apenas para atender a um caso particular.

Nada impediria, contudo, que uma norma geral de cotas para professores negros tivesse sido proposta, discutida e aprovada no CONSUN da PUC-SP, como a que já existe para bolsas de estudo de estudantes. A PUC-SP é certamente a instituição acadêmica mais democrática do Brasil, com todas as instâncias de poder eleitas pelos três segmentos e votos ponderados. Alunos tem assento em todos os órgãos colegiados e o direito de pre-

sença e voz garantidos a todos os membros da comunidade. Porém, que eu saiba, não houve até hoje nenhuma iniciativa nesse sentido. Por isso, é inaceitável que a impossibilidade de contratação permanente de uma professora substituta dada a não existência de carga horária disponível no curso de Serviço Social, seja transformada em uma questão de racismo.

A ocupação, portanto, não se justificou, nem tampouco o tom agressivo e a postura de confrontação assumida pelo movimento. Chamar esse tom e postura de "ordeiro e pacífico", como consta da nota da nossa entidade, chega a ser ridículo, pois toda a ocupação supõe que se barre a entrada de pessoas que não sejam os próprios ocupantes no espaço. Ou se permitiria que professores, alunos e funcionários entrassem em salas de aula, caso o quisessem? O fato de que não tenha havido violência física e desordem se deve, portanto, não aos ocupantes, mas aqueles que trataram de evitar o confronto. E que "extraordinário uso do espaço da universidade" foi esse? E desde quando uma ocupação que se faz de surpresa, sem consultar a maioria dos alunos e professores dos diversos cursos, pode ser chamada de um "espaço de convívio acadêmico imaculado"? Onde exatamente podemos encontrar a tal "lógica de argumentos e contra-argumentos" a que a nota de apoio se refere? Certamente não nos comunicados dos alunos que insistiam em que suas reivindicações fossem

aceitas sem discussão e que compareciam às reuniões cobrindo a cabeça e parte do rosto com capuzes e cachecóis.

A nota exige outros esclarecimentos: por que a mobilização dos alunos seria educativa para eles e também para nós, uma vez que permitiria uma "suspensão do cotidiano" nesse momento político complicado? Por que precisamos "suspender" as aulas para pensarmos sobre o país? Ao contrário, a ocupação impediu que pudéssemos discutir a paralisação dos caminhoneiros e o agravamento do clima político no país. E quando formos repor essas aulas em julho, reposição que certamente não estava prevista em muitos dos planos de férias de professores e alunos, deixaremos de pensar no país? Se a democracia no país está ameaçada, certamente não contribuiu para sua defesa um movimento que reuniu apenas um segmento minoritário dos alunos, utilizando como chantagem a relutância, absolutamente compreensível da Reitoria, em chamar a polícia para liberar o espaço tomado arbitrariamente por esses poucos.

Não faz sentido, portanto, ao falar dessa ocupação, relacioná-la com a gloriosa história da PUC ou com os 50 anos de 68. "Ímpetus juvenis" não são automaticamente sinônimo de causas nem formas de luta justas, pois sabemos que muitos movimentos de direita arremeteram jovens impetuosos. Nossos estudantes certamente não são fascistas nem na-

continua na próxima página

continuação da página anterior

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores do ensino básico obtêm grande vitória

zistas, mas estão desaprendendo conosco o que é uma democracia participativa e uma instituição democraticamente construída ao longo de décadas. E isso era o mínimo que deveríamos ensinar-lhes.

Marijane Vieira Lisboa é professora da Faculdade de Ciências Sociais

Na sua tradição democrática a APROPUC publica as considerações feitas pela professora Marijane Lisboa sobre a posição de nossa diretoria em relação à ocupação dos estudantes. No entanto é preciso ressaltar que:

1. A APROPUC apoia as reivindicações gerais do movimento dos estudantes, concernentes à luta contra o racismo na sociedade brasileira, que se traduz em criminalização e genocídio dos jovens negros da periferia;

2. A APROPUC é contra o racismo institucional, que é reflexo do racismo estrutural que perpassa a sociedade brasileira, produto de séculos de escravidão e autocracia;

3. A APROPUC em nenhum momento, considerou positiva a contratação de professores sem concurso, por editais públicos e universais, ainda que considere que a estruturação de políticas inclusivas seja fundamental na luta pela democratização da sociedade brasileira;

4. A APROPUC sempre lutou e lutará contra o represamento, pelo critérios universais e isonômicos para o ingresso e ascensão na carreira, discussão em todas as instâncias de medidas que afetem os professores.

Diretoria da APROPUC

A luta dos professores do ensino básico, que já durava mais de três meses, terminou com uma expressiva vitória: pouco antes da assembleia que reuniu mais de três mil professores o Sinpro-SP assinou a convenção coletiva, com a manutenção de todos os direitos, reajuste de 3% e participação nos lucros ou resultados de 15%. Mais de 120 escolas do ensino básico pararam na terça-feira, 29/5 em todo estado de São Paulo. A categoria, contudo, decidiu manter estado de greve até a próxima quarta-feira, às 18h, quando será realizada nova assembleia no Sindicato. Se até esta data não houver a formalização do acordo, a assembleia pode deliberar greve. Encerrada a assembleia, os professores seguiram em passeata até o MASP.

Aqui em São Paulo os professores se reuniram em diversos bairros, promovendo rodas de conversa

com a população. A APROPUC se solidarizou com os professores do ensino básico paralisados. (veja nota na capa desta edição).

ENSINO SUPERIOR

Os docentes e funcionários administrativos do ensino superior deverão se reunir em assembleia na próxima semana, quando

deverá ser apresentada à categoria uma nova proposta que está sendo negociada com as mantenedoras. Os professores pleiteiam além da cesta de índices, que ficou em 2,14% um aumento real e garantia de novo acordo interno por dois anos. O Sinpro-SP deverá informar a data da próxima reunião.

Professores das universidades estaduais paralisam atividades

Os professores da Universidade de São Paulo, USP, e da Universidade Estadual de São Paulo, Unesp entraram em greve na terça-feira, 29/5, por tempo indeterminado. A Unicamp decidiu paralisar por dois dias, 29 e 30/5 e manter o estado de mobilização.

Os docentes protestam contra a proposta de reajuste salarial apresentada

pelos reitores das universidades estaduais paulistas (Cruesp), de 1,5%. Os docentes reivindicam reajuste de 12,6% para USP e Unicamp, e de 16% para a Unesp, por conta de defasagens anteriores. Os servidores técnico-administrativos da Unicamp e da Unesp também deflagram greve, e os servidores da USP paralisaram nos dias 29 e 30 de maio.

Agora são os petroleiros que iniciam mobilização

Ainda tentando apagar o incêndio da greve dos caminhoneiros governo golpita enfrenta mais um desafio: agora são os petroleiros que marcaram uma paralisação de advertência pedindo a redução dos preços do gás de cozinha e dos combustíveis. Os trabalhadores também reivindicam a saída imediata do presidente da estatal, Pedro Parente, que vem implantando uma política entreguista da empresa ao monopólio internacional.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) anunciou, via rede social, que a greve da categoria começou na madrugada da quarta-feira (30). Na terça (29), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerou o movimento ilegal e estipulou multa de R\$ 500 mil por dia aos sindicatos, após ação ajuizada pela Petrobras e a Advocacia-Geral da União (AGU). As refinarias não se manifestaram sobre

paralisação das atividades em suas unidades.

Para os petroleiros a atual política da direção da empresa fez com que os preços dos combustíveis disparasse de maneira vertiginosa. Essa situação é o reflexo do maior desmonte que a empresa sofreu em sua história. A greve de advertência é uma etapa na construção de uma greve geral por tempo indeterminado, já aprovada pela categoria.

ROLA NA RAMPA

APROPUC elege sua nova diretoria na próxima semana

A APROPUC realizará as eleições para a sua diretoria entre os dias 11 e 13/6. Estarão aptos a votar os professores associados até 18/3/2018 e quites com a tesouraria da associação. Apenas uma chapa se inscreveu para o pleito é a Luta Coletiva e Autonomia Universitária, presidida pelo professor João Batista Teixeira da Silva, do Departamento de Inglês da Faficla. Ela tem entre seus princípios básicos defender o funcionamento democrático da associação e o respeito à soberania das assembleias dos professores, aprofundar a luta pelo fim da maximização e do re-

LOCAIS E HORÁRIOS PARA A VOTAÇÃO DA APROPUC			
	11/6 Segunda-feira	12/6 Terça-feira	13/6 Quarta-feira
Sede APROPUC	9 às 19h	9 às 19h	9 às 19h
Monte Alegre	8 às 20h	8 às 20h	8 às 20h
Marquês Paranaguá	9 às 17h	9 às 17h	-
Derdic	9 às 17h	9 às 17h	-
Sorocaba	8 às 16h	8 às 16h	-

presamento e, na sociedade, defender o ensino público, gratuito, presencial, laico, universal e de quali-

dade em todos os níveis, oposição às contrarreformas de cunho neoliberal promovidas pelos governos

municipal, estadual e federal. Nesta página divulgamos as datas e os locais de votação para o pleito.

USP rediscute os 50 anos de maio de 1968

O Departamento de História da Universidade de São Paulo está organizando um grande evento na próxima semana para discutir os 50 anos do Maio de 68. Serão dezenas de mesas e debates entre os dias 6 e 8/6. Entre os palestrantes estarão presentes alguns professores da PUC-SP que debaterão os respectivos temas: Antonio Mazzeo, "1968 o Movimento Comunista Internacional" (dia 6/6, às 9h, na Sala de vídeo); Antonio Rago Filho, "Espanha: Os estudantes contra o Franquismo" (dia 7/6, às 9h, no Centro de Apoio à

Pesquisa Histórica); Reginaldo Nasser, "Teoria Crítica: Sociedade, Revolução e Contrarrevolução" (dia 6/6, às 9h, no anfiteatro Nicolau Sevcenko); Lúcio Flávio de Almeida, "A crise do Nacional-Desenvolvimentismo" (6/6, 9h, no Auditório de Geografia); Madalena Peixoto, "O Acordo Mec-Usaid e as Universidades brasileiras" (no dia 8/6, às 9h, no Auditório de Geografia); Acacio Augusto, "O Anarquismo em 68" (no dia 6/6, às 17h, na Sala de vídeo). As inscrições podem ser feitas através do e-mail <http://1968.fflch.usp.br/>.

Memória e História do Serviço Social em discussão

O Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (Netrab) e movimentos sociais convidam para a apresentação dos resultados da pesquisa de pós-doc da professora Izabel da Costa Cardoso da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Sob o título de Dia-

lética da Memória e da História do Serviço Social na Política de Habitação e Direito à Moradia, a autora estará apresentando seu trabalho na sala 117-A, no dia 5/6, sob a coordenação de Rosângela Paz e Raquel Raichelis, a partir das 13h.

Assistente Social e habitação é tema de seminário

As professoras Nuria Vieira e Damares Vicente apresentarão o último seminário promovido pelo Netrab sobre a Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social. Sob a coordenação é da

Profa. Raquel Raichelis, o encontro analisará desta vez apontamentos sobre o trabalho de assistentes sociais na área da habitação. O evento acontece às 16h, no dia 5/6, na sala 329.

Seminário aborda Arte e Cultura do Renascimento

O Grupo de Pesquisa Renascimento, Ética Política e Religião, o Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder e o Centro de Estudos Sobre Utopia, da Unicamp, promovem o Seminário La Civiltà della Rinascita, entre os dias 5 e 9/6. O Seminário tem o objetivo de realizar debates contando com alguns dos maiores especialistas nacio-

nais e internacionais sobre a sociedade, a política, a arte e a cultura do Renascimento. Dentre os intelectuais estarão Antonio Rago Filho, Antonio José Romera Valverde, Carlos Eduardo Berriel, Arlenice Almeida da Silva, Claudinei Cássio de Rezende. A programação completa poderá ser encontrada em www.facebook.com/events/247734282650973.

Curso sobre o Golpe de 2016 tem nova aula

Na quinta-feira, 7/6, acontece na sede da APROPUC, mais uma aula do curso sobre o golpe de 2016. Desta vez o tema

será Impactos Econômicos do Golpe de 2016, ministrado por Marcio Pochmann, da Unicamp). O curso tem início às 19h.